



Gênero e história: Maria Antonieta nos livros didáticos de história

Júlia Silveira Matos*

Virginia da Silva Xavier**

Resumo: Os estudos voltados à compreensão dos livros didáticos nos dias atuais têm ocupado um espaço cada vez mais amplo nas pesquisas em ensino de História. Esse fato se dá devido às políticas governamentais de incentivo a distribuição nacional dos livros didáticos e sua consequente regulação e avaliação. Além disso, as novas políticas de inclusão de novos conteúdos no currículo de História, fruto das demandas dos movimentos afirmativos tem também influído diretamente nas mudanças da representação dos conteúdos históricos nos livros didáticos, diversos conteúdos são suprimidos e outros incluídos. Diante dessa perspectiva, no presente trabalho propomos exatamente a análise da supressão de um sujeito histórico, que em anos anteriores ocupava um espaço na representação didático-historiográfica da Revolução Francesa, especificamente Maria Antonieta. A rainha adquiriu em suas representações cinematográficas um papel superficial no contexto da Revolução Francesa em consequência dos escritos de época de Jean-Jacques Rousseau. Entretanto, na Historiografia biográfica seu papel no contexto é apresentado de forma diversa, pois ela teria como esposa uma função política e diplomática junto à monarquia.

Palavras-chave: Livros didáticos – representação – Maria Antonieta

Abstract: The study aimed at understanding the textbooks nowadays have occupied an increasingly wider researches in history teaching. This fact is due to government policies encouraging the national distribution of textbooks and its consequent regulation and evaluation. In addition, the new policies include new content in the curriculum of history, result of the demands of affirmative movements have also directly influenced the changes in the representation of historical content in textbooks, various contents are deleted and others included. Given this perspective, in this paper we propose the exact analysis of the suppression of a historical subject, which in previous years occupied a space in the

* Doutora em História, professora dos cursos de História e do Programa de pós-graduação em História – Mestrado Profissional da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

** Acadêmica do curso História, bolsista de Iniciação Científica – PDE da Universidade Federal de Rio Grande-FURG



representation didactic historiography of the French Revolution, Marie Antoinette specifically. The queen got in their cinematic representations superficial role in the context of the French Revolution as a result of the writings of the time of Jean-Jacques Rousseau. However, its role in Historiography biographical context is presented differently, as a wife she would have a political function and diplomatic with the monarchy.

Keywords: Textbooks - representation - Marie Antoinette

Os trabalhos sobre ensino de História atualmente tem se dividido entre duas grandes discussões, a primeira centrada nos estudos sobre os materiais didáticos, como o livro didático e sua relação com os usos e marcos historiográficos, enquanto que a segunda se volta para os saberes construídos no espaço escolar e as experiências com ideias substantivas como democracia e cidadania, dos alunos. Nessa direção, seja na primeira ou na segunda abordagem, segundo Estevão de Rezende Martins, a missão do ensino de História é promover o estabelecimento da experiência dos sujeitos de forma a estabelecer uma “...correlação substantiva entre a vida quotidiana do presente e o passado historiador” (MARTINS, 2011,p43). Essa relação apontada por Martins revela um ofício voltado a instigar a capacidade de reflexão, e consciência histórica de seu lugar social no processo histórico dos sujeitos. Isso porque, para o autor, é inegável que no conjunto de relações sociais dentro de determinada cultura, destacam-se as formas como os indivíduos se percebem dentro de processos históricos, que a princípio seriam meros fatos ocorridos, mas que a partir de um esforço de reflexão transformam-se em História. Portando, de acordo com Martins:

“É certamente constituída pela experiência da vida pessoal em sociedade a reflexão pela qual o agente racional humano, a cada momento e em cada lugar, se apropria do tempo vivido para transformá-lo em tempo refletido e, com isso, em história” (MARTINS, 2011, p45).

Tais processos de reflexão capazes de estabelecer as relações entre as experiências individuais e quotidianas, como apontadas pelo autor, e os saberes históricos, é o próprio processo de formação da consciência histórica. Essa é fruto da articulação entre a reflexão promovida pelo pensamento histórico e a experiência do vivido determinado pelas condições da cultura do indivíduo.

Nessa direção, podemos perceber que o ensino de História pode ser um agente fundamental para o estabelecimento dessas relações. Aqui nos utilizamos da palavra “pode”,



pois, depende de como o ensino de História é promovido e como seus materiais didáticos são empregados e produzidos. A partir dessa compreensão, no presente artigo, analisaremos uma representação específica nos livros didáticos de História, com vistas a compreender que tipo de experiências e conceitos o material didático oferece para o estabelecimento de reflexões dos processos históricos e suas relações com o presente do vivido. Por isso, o presente artigo tem por objetivo analisar as citações e imagens que representam a rainha Maria Antonieta que estão contidas nos 13 títulos dos livros didáticos mais vendidos e aprovados pelo MEC em 2012 e que circularam nas escolas da rede básica entre os anos de 2001 e 2012. As unidades referenciais que foram analisadas são: mãe, mulher, fútil e rainha. Essas URs foram destacadas a partir do emprego da análise de conteúdo, conforme proposta por Laurence Bardin, e por sua frequência nas obras analisadas, agrupadas na categoria representação do feminino em Maria Antonieta. Essas unidades contribuem para assim compreendermos a representação dessa personagem tão relevante no contexto da Revolução Francesa, a qual além de ser raramente representada nos livros didáticos, também tem suas imagens atribuídas a representações vistas como femininas e pertencentes ao privado na sociedade setecentista francesa. A problemática que se forma aqui é compreendermos que tipos de representações se destacam dessa personagem e se dialogam com o presente dos sujeitos que experienciam os livros didáticos de história? Teriam essas representações alguma significância no presente dos alunos?

Nessa etapa da pesquisa aqui apresentada, nos deteremos na análise do livro didático como fonte primária por este não possuir apenas um caráter pedagógico, mas são também instrumentos de “múltiplas facetas”, possibilitando o historiador perceber os grupos sociais que o forjam. Segundo Bittencourt:

“(…) o livro didático é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. Várias pesquisas demonstram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, como família, criança, etnia de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa.” (BITTENCOURT, 2010, p.72)

É partindo dessa citação de Bittencourt que nos deteremos a analisar a supressão da rainha Maria Antonieta das narrações textuais do processo histórico da Revolução Francesa e que demonstra não apenas o silenciamento da figura dessa personagem histórica, mas do



próprio gênero feminino nos livros didáticos de história, pois entendemos o silenciamento deste gênero como fruto de uma cultura atendendo interesses de uma época.

Para isso, como já citado, utilizamos como metodologia a análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin e Roque Moraes, que segundo o autor é: “Uma análise textual envolve identificar e isolar enunciados dos materiais a ela submetidos, categorizar esses enunciados e produzir textos, integrando nestes, descrição e interpretação (...)” (MORAES, 2007, p.89). A partir dessa conceituação optamos por selecionar no corpus documental, que são os livros didáticos para o norteamento desse trabalho categorias para análise, a categoria Maria Antonieta. Após, identificamos dentro da categoria as unidades de referência que, nesse trabalho, são as formas de abordagens sobre a rainha Maria Antonieta, para assim chegarmos a uma interpretação e produzirmos o resultado da análise que é o nosso objetivo.

Na mesma direção, optamos por realizar a presente análise com o suporte da proposta teórico-historiográfica da Nova História Cultural. Assim estudaremos a representação da rainha Maria Antonieta veiculada através dos livros didáticos. O conceito de representação engloba segundo Roger Chartier:

“As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão são sempre determinados pelos interesses do grupo que as forjam (...) As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a por uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um processo reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e conduta.” (CHARTIER, 1986, p. 27)

Então podemos concluir a partir do apresentado por Chartier que uma representação está longe da imparcialidade, que os conteúdos oferecidos pelos livros didáticos estão carregados de ponto de vistas e visões de mundo calcadas sobre o interesse de quem as remetem.

Analisando os 13 títulos de livros didáticos mais solicitados pelas escolas das redes básicas e que constam nos guias do PNLD 2012, além da sua rara representação senão o seu silenciamento nos livros didáticos percebemos ainda que, Maria Antonieta estava representada em apenas 2 (dois) dos 13 (treze) livros como personagem participante nas questões políticas francesas e nos demais livros sua representação estava empregada a categorias que a reportavam a vida privada, mais específico, ligada à família/maternidade.



A seguir, apresentamos um quadro para melhor explicitar a análise feita nos materiais didáticos que demonstra quantitativamente nos livros analisados como as citações sobre Maria Antonieta foram apresentadas relacionadas ao privado e público.

| Livros Didáticos | Privado | Público |
|-------------------------------------|---------|---------|
| História e vida Integrada | | X |
| Saber e fazer História | | X |
| Novo História | X | |
| Para entender a História | X | |
| Tudo é História | X | |
| História Sociedade e Cidadania | X | |
| Projeto Radix | X | |
| História das Cavernas ao 3º milênio | X | |
| Navegando pela História | X | |
| História em documento | X | |
| História em projetos | X | |
| Projeto Araribá ¹ | - | |
| História Temática | X | |
| Total | 10 | 2 |

¹ No livro didático Projeto Araribá, foi o único em que não encontramos qualquer fragmento que remetesse a presença da rainha Maria Antonieta no texto.



Através dessa análise podemos perceber não apenas a rara representação quantitativa da rainha Maria Antonieta nos materiais didáticos, mas também que os conteúdos dos livros destacam sua representação na grande maioria (10 livros) ligada a ícones de significado os quais a reportam diretamente ao papel feminino esperado pela sociedade. Embora encontremos Maria Antonieta em sua historiografia biográfica envolvida nas questões políticas francesas, aqui a notamos, na grande maioria, como um personagem coadjuvante, excluindo-a desses assuntos ditos como masculinos, observamos aqui somente a representação de um poder dominante. Segundo Simone de Beauvoir:

“É revendo à luz da filosofia existencial os dados da Pré História e da etnografia que poderemos compreender como a hierarquia dos sexos se estabeleceu (...). Se uma das duas é privilegiada, ela domina a outra e tudo faz para mantê-la na opressão.” (BEAUVOIR, 1949, p.89).

A partir da citação de Beauvoir, podemos perceber que se em determinada narrativa histórica, como nos livros didáticos, um gênero é suprimido em detrimento de outro, revela a dominação de um pelo outro. A dominação na narrativa não se faz efetiva, mas representativa contribuindo para a permanência dos estereótipos e representações sociais. A autora nos mostra historicamente quando surgiu a hierarquia dos sexos e como estão pragmatizadas até os dias atuais, mesmo que mascaradamente. O fator da força física não foi o único motivo que estabeleceu as relações de poder, mas principalmente as funções biológicas femininas que impediam a mulher de assumir um posicionamento igualitário ao sexo masculino. Nos períodos de gestação, menstruação, parto “(...) diminuía sua capacidade de trabalho e condenavam-nas a longos períodos de impotência.” (BEAUVOIR, 1949, p. 90). De acordo com a autora, nesses períodos de impotência, a mulher ficava impossibilitada de participar coletivamente de seu grupo, passando longos períodos na condição ora de gestante ora mantenedora dos frutos das sistemáticas gestações que desconheciam de algum tipo de controle. Assim, cabia a elas, somente as tarefas mais leves e destinadas ao lar. Utilizando as palavras de Simone de Beauvoir “temos aqui a chave do mistério” (BEAUVOIR, 1949, p. 92) que revela a subordinação do gênero feminino. Com o passar do tempo e o desenvolvimento da civilização, o fator religioso foi outro fator que utilizou a palavra de Jesus como forma de subjugar à mulher. Com a ascensão do poder da Igreja, Badinter afirma:



“A mensagem de Cristo era clara: marido e mulher eram iguais e partilhavam dos mesmos direitos e deveres em relação aos filhos. Se alguns apóstolos e teólogos obscureceram a mensagem com a interpretação, chegando, como veremos, a traí-la, a palavra de Cristo modificou, em boa parte, a condição da mulher.” (BADINTER, 1985, p.30)

Ou seja, se na origem dos tempos a subordinação do gênero feminino era perceptível por questões biológicas, agora com a influência da Igreja, os discursos e interesses abafam a mensagem de Jesus, pois toda a sociedade necessita de um princípio de autoridade: a masculina. É nessa perspectiva que percebemos a perpetuação dos discursos existentes sobre a condição das mulheres na história remetendo-as sempre ao “outro”, como se elas não fizessem a história ou parte da história.

Dando prosseguimento a essa pesquisa, nos deteremos a analisar duas imagens e as categorias mãe, mulher, fútil, rainha que destacam essa personagem histórica, na grande maioria, apenas na vida privada fazendo ligação com a imagem materna, para assim podermos contextualizá-la no período da Revolução Francesa com o apresentado no material didático.

1.1 Maria Antonieta: Privado x Maternidade

Como já apresentado anteriormente, vimos que a divisão sexual do trabalho estabeleceu uma hierarquia onde pesou para a mulher as “funções da maternagem”, mas segundo Badinter: “As mulheres do Antigo Regime eram indiferentes à maternidade” (BADINTER, 1985, p 19). Confirmamos esta citação quando analisamos as biografias de Maria Antonieta e percebemos que suas representações são diferentes da historiografia didática onde a rainha está representada no mesmo patamar da concepção de maternidade da contemporaneidade. Então podemos concluir que, tanto as imagens como as categorias representadas nos livros didáticos estão desconexas com o período do Antigo Regime.

Como exposto na tabela, percebemos que Maria Antonieta está silenciada nos livros didáticos como personagem ativa e quando esta é citada, a sua relevância histórica é voltada para papéis desempenhados pelo gênero feminino quando presenciamos que dos 13 livros didáticos analisados apenas em dois deles (História e vida Integrada e Saber e fazer História) Maria Antonieta está envolvida nas articulações política francesa, situações rotuladas exclusivamente como masculinas e nos demais livros, quando a rainha não está silenciada na



história, ela está simplesmente representada em papéis atribuídos pela sociedade como femininos e consequentemente secundários no processo histórico.

Como exemplo, selecionamos os livros História, Sociedade e Cidadania e Para compreender História onde nos deparamo-nos com a presença de imagem que nos apresenta a rainha junto a família, conforme a figura 1.



Fonte: Para compreender a História

(figura 1)



Fonte: História Sociedade e Cidadania

(figura 2)



Na figura 2, vemos a rainha e os filhos despedindo-se de Luís XVI um pouco antes da sua execução na guilhotina. Na figura 1, trata-se de uma fonte primária, o quadro em questão foi pintado por Vigée-Lebrun. Maria Antonieta está trajando um vestido vermelho de veludo e um chapéu do mesmo tecido com plumas brancas, transmitindo a imagem não só de uma altiva soberana, mas também de mãe zelosa rodeada por sua prole. O quadro em questão também é citado em sua biografia “Maria Antonieta” de Evelyne Lever e segundo a autora, o objetivo de posar para pintores no século XVIII era no intuito de projetar uma imagem e não uma realidade. A representação do quadro nos mostra uma mãe zelosa, mas que não condiz com a concepção de maternidade no século XVIII, pois segundo Badinter (...)” as mulheres julgavam essa ocupação indigna de si, e preferiam livrar-se desse fardo”.(BADINTER, 1985, p. 86). Mas é claro, salvo de algumas exceções, Badinter resalta sobre o amor seletivo onde:

“(...) a filha não é um bom negócio para os pais, e nenhuma cumplicidade parece aproximá-la da mãe. Esta guarda seus tesouros de ternura e de orgulho para o primogênito, herdeiro exclusivo do patrimônio e do título quando os pais são nobres..(...) Bastava que os pais tivessem alguns bens a deixar, modestos acres de terra ou a coroa da França, para que esse filho mais velho fosse objeto de uma solicitude exemplar.” (BADINTER, 1985, p 92)

A primeira gravidez de Maria Antonieta foi uma menina a qual foi chamada de Maria Tereza (Madame Royale) não tão desejada, porque o destino das mulheres nobres é de através de casamentos selar alianças diplomáticas e conceder um herdeiro como foi o caso de Maria Antonieta. Evelyne Lever destaca uma passagem em que Maria Antonieta trata a filha com indiferença e por isso a menina não gostava da própria mãe. Essas informações foram extraídas de fontes de contemporâneos que estiveram próximos a rainha, relatando que Madame Royale reclamava da falta de atenção dada por Maria Antonieta.

Acompanhando sua biografia, percebemos que ao longo de sua trajetória, Maria Antonieta, além de Madame Royale, foi mãe por mais três vezes, sendo que papel de uma rainha além de “(...) encarnar o supra-sumo da virtude, ser dotada de todos os atributos femininos e contentar-se em proporcionar ao marido uma progênie numerosa e saudável.” (LEVER, 2004, p 68) e essa progênie que Lever nos destaca é nada menos o de conceder um herdeiro ao trono, porque somente desse modo poderia garantir a hereditariedade da monarquia francesa. A união de Maria Antonieta e Luís XVI ocorreu por questões diplomáticas; a aliança entre Áustria e França seria assegurada pela manutenção do trono



francês. A não consumação do casamento, que segundo Bernard Vicent prolongou-se por longos 7 anos “(...) ao mesmo tempo que um tormento pessoal, uma questão de Estado.” (VICENT, 2007, p.51). Vincent supõe que a demora da consumação do casamento e por consequência a maternidade, possa:

“Na verdade, além de Maria Antonieta não sentir, diante desse esposo não escolhido, nenhum desejo de mulher, ela não tem nenhuma vontade urgente de procriar, apesar das repetidas exortações que a imperatriz lhe faz. Ela sabe que o fato é inelutável e que nos reis um primeiro nascimento anuncia muitos outros; por isso ela pretende, no momento, aproveitar todos os prazeres a que uma princesa grávida deve renunciar: a equitação, a dança, a ópera, as noitadas.” (VICENT, 2007, p. 60)

Nesse momento, percebemos a maternidade no século XVIII como uma obrigação na vida de um monarca, mesmo ele não estando preparado para esse momento.

Nessas quatro gestações, Maria Antonieta deu a luz a mais dois meninos no qual o primeiro foi recebido como o tão esperado Delphin batizado como Luís José Xavier e o segundo, era considerado como a segurança da manutenção de uma monarquia, e segundo Evelyne Lever a rainha “tinha cumprido seu mais sagrado dever ao dar ao reino um herdeiro.” (LEVER, 2004, p. 165)

A representação do quadro de Maria Antonieta envolta a seus filhos (figura 1) não quer dizer que essa seja a concepção de infância e família que era entendida no século XVIII, pois um século antes, segundo Badinter (...) a criança é símbolo da força do mal, um ser imperfeito esmagado pelo peso do pecado original. (BADINTER, 1985, p. 55). Essa citação nos leva a perceber que a mentalidade da época a respeito de uma criança é uma imagem negativa, então nos leva a questionar se o sentimento de uma mãe por essa criança seria negativo também?

Era comum as mães enviarem seus filhos a amas de leite, essa prática era resultado muitas vezes do primeiro sinal de rejeição ao filho recusando a amamentação. Os cuidados destinados a um bebê nem sempre eram práticas de agrado dos pais, a criança era considerada como um estorvo. Também era comum os atos de infanticídio e a morte de crianças resultado dos maus tratos e indiferença. Essas informações vieram a conhecimento, graças aos registros paroquiais que contabilizaram as notas de nascimento, óbito e de quantas crianças são enviadas para casas de ama. Badinter relata que no século XVIII os pais enviavam seus filhos para as casas das amas de leite e esse fenômeno era generalizado a todas as classes. O ato de



contratar amas de leite é muito antigo na França sendo registrada a primeira agência de amas em Paris no século XIII. Mas Badinter ressalta que apenas a nobreza e a alta burguesia não estavam representadas nesse universo, pois preferiam contratar amas de leite a domicílio. Foi o caso de Maria Antonieta, onde não encontramos em nenhum momento referências de que ela tenha enviado seus filhos a casas de amas de leite, mas notamos a presença da ama de leite a domicílio. É um fato até explicável, pois talvez, antes de uma criança, a rainha não colocaria a perder o futuro rei da França, a segurança da continuação de uma linhagem.

A imagem de Maria Antonieta junto a família momento antes da execução de Luís XVI na guilhotina (figura 2) do ponto de vista didático serve para marcar a passagem de como se extinguiu a monarquia na França o que de acordo com Bittencourt:”

“Ver as cenas históricas era o objetivo fundamental que justificava, ou ainda justifica, a inclusão de imagens nos livros didáticos em maior número possível, significando que as ilustrações concretizam a noção altamente abstrata do tempo histórico.” (BITTENCOURT, 2010, p.75)

Ao observarmos uma imagem, além de nos reportar visualmente um acontecimento histórico, podemos perceber uma imposição de uma visão de mundo, por exemplo, a representação dos últimos momentos de uma França monárquica seria mais impactante com a despedida do rei Luís XVI do que com os últimos momentos de Maria Antonieta, como nos mostra Zweig:

“Lembrar-se-ia ainda, naquele instante, naquele momento extremo, do dia em que a mesma multidão, naquele jardim lá longe, tinha saudado a herdeira do trono da França? Ninguém o sabe. Ninguém conhece os últimos pensamentos de um moribundo. Mas, já tudo estava acabado. Os carrascos agarraram-na pelos ombros, deitaram-na com um rápido golpe no patíbulo, com a cabeça sob a lâmina. Um puxão na corda, um lampejo do cutelo que descia um golpe surdo e já o (carrasco) agarrava pelos cabelos a cabeça ensanguentada para erguê-la alto e mostrá-la a toda a praça. (...) Viva a república!” (ZWEIG, 1933 p.422).

Como justificado por Michelle Perrot, a história é escrita por homens, conseqüentemente, atribui-se a eles todos os feitos históricos.

As unidades atribuídas a Maria Antonieta a reportam também para uma função familiar/maternal assim como as imagens que foram analisadas. Mas como já mencionado



nesse trabalho, as narrativas apresentadas no livro didático nem sempre condizem com a historiografia biográfica. Segundo Arlette Farge:

“No discurso, vidas são postas em jogo em algumas frases, e é por meio das palavras que se assume o risco da vitória ou da derrota. O importante aqui não é mais saber se os fatos relatados ocorreram exatamente dessa maneira, mas entender como se articulou a narrativa entre um poder que obriga a isso, um desejo de convencer e o uso das palavras que se pode tentar descobrir se foram emprestadas ou não de modelos culturais locais”. (FARGE, 2009, p. 33)

Como dito por Farge, os discursos são alterados para seguir a certos padrões culturais. Nos livros didáticos a figura de Maria Antonieta está sempre relacionada a família, esposa do rei, mas ao nos debruçarmos na historiografia presenciamos que uma das acusações que foram feitas a rainha no dia do julgamento além de gastar os recursos financeiros da França, alta traição, também foi acusada de incesto. Essa seria uma informação que causaria grande escândalo na sociedade atual, pois não atende a nossa cultura, mas que no século XVIII: “Os pais tiveram escolhas a fazer entre seus interesses pessoais e a vida do filho. (...) Talvez não sejam suas representantes mais gloriosas, mas tiveram o mérito de desvendar-lhe uma imagem cruel.” (BADINTER, 1985, p. 94). Essa imagem vista nos dias de hoje como cruel, naquele período era indiferente conforme à compreensão de maternidade.

É quando a filosofia das Luzes começa a ganhar atenção nesse século modificando algumas concepções, inclusive a materna. Jean Jacques Rousseau foi responsável pela frase clichê no qual tornou a rainha Maria Antonieta famosa (se não tem pão, dê-lhes brioche) e um dos autores iluministas responsáveis pela transição da mulher quanto mãe indiferente, que atribuíam a presença da criança como um empecilho, para a mulher que estará pronta a viver pelos seus filhos. Para Rousseau, os homens teriam de ser moldados através da educação, dirigindo à mãe a tarefa de educar o filho. Segundo Rousseau: “Nascemos fracos, precisamos de força; nascemos carentes de tudo, precisamos de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo.” (ROUSSEAU, 1999, p. 19). Para ele, a mulher é naturalmente fraca e passiva, é tudo que o homem não é. Alienada, ela não é feita para si mesma, logo, vive somente para agradar e atender ao homem. Partindo desse pressuposto, a mulher estaria apta a viver também somente para os filhos, pois da mesma forma que a mulher deve se comportar submissa e obediente ao homem, ela também deveria ser paciente e afetuosa para com os filhos. Isso demonstra o quanto a figura feminina está submetida a atender as vontades dos outros. Para Rousseau, os filhos e o ambiente doméstico são toda a glória, dignidade e os



prazeres da mulher, ao delimitar-se somente aos cuidados da própria família, ela conheceria a felicidade, enfim, o único destino feminino é se sujeitar ao ambiente interno, deixando o ambiente externo aos homens. É nesse momento, que percebemos que o amor materno não é uma prática instintiva e sim um sentimento desenvolvido através das variações de uma determinada sociedade.

Observamos através das biografias de Maria Antonieta que a concepção de maternidade está dividida ao nos depararmos com a ideia de Rousseau, pois ao mesmo tempo em que observamos na rainha certo descaso, também presenciamos que a família real tentava seguir essa “nova onda” através dos escritos iluministas. Ao dar a luz, Maria Antonieta estava cercada por especialista, médico e parteiras, o que não era comum no século XVIII, pois a presença desses novos personagens foi bem visível a partir do século XIX, onde a mãe desse período se sentia responsável pela saúde e bem estar do seu filho. A mãe do século XIX passaria mais tempo junto a seus filhos, o que também foi o caso de Maria Antonieta. Em sua biografia, Evelyne Lever nos mostra que momentos antes do estouro da Revolução Francesa “o rei e a rainha tinham agora uma vida em família” (LEVER, 2004, p. 265). De acordo com Lever a rainha passava mais tempo com os filhos se dedicando à educação e monitorá-los enquanto brincavam. Em uma passagem registrada em uma fonte primária, Maria Antonieta utilizava a palavra amor, sentimento esse, destinado ao futuro delphin. Não podemos julgar, e nem teríamos como saber o verdadeiro sentido da palavra amor que a rainha utiliza, quem sabe fosse um amor materno influenciado pelos iluministas ou quem sabe um amor desesperador, sabendo que este filho é a única saída para o mantimento de uma França Monárquica.

Considerações Finais

Utilizamos o livro didático como fonte primária no intuito de percebê-lo como um produto ideológico revelando um poder dominante vigente e que tiveram ampla circulação nas escolas da rede básica de educação.

Em um primeiro momento dessa pesquisa, observamos que a figura de Maria Antonieta foi poucas vezes mencionada senão apagada dos livros didáticos de história. Após, percebemos Maria Antonieta quanto a gênero feminino, mesmo ela sendo uma pessoa pública



por esta ser uma rainha e ter contribuído na vida política francesa e no desenrolar da Revolução Francesa, nos livros didáticos em sua maioria, ela está representada apenas no privado, atribuída nos campos familiar e materno. Apesar desse estudo ter mostrado que a concepção de maternidade no século XVIII se diferencia do que conhecemos hoje como maternidade, percebemos que o livro didático representa os valores, ideologias, a cultura da sociedade atual, e isso se reflete na supressão do gênero feminino nesses materiais, atribuindo a elas apenas os papéis subordinados impostos por uma sociedade que vê a mulher apenas como o segundo sexo, sendo destituída muitas vezes de sujeitos participantes ativos na história sendo somente mãe, mulher e esposa.

Fontes:

PANAZZO, Sílvia e VAZ, Maria Luíza. **Navegando pela História**, 7º série. 1º Ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2002.

COTRIM, Gilberto. **Saber e fazer história**, 7º série. 2º Ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

DREGUER, Ricardo e TOLEDO Eliete. **Novo História: conceitos e procedimentos**, 8º ano. 2º Ed. São Paulo: Atual, 2009.

PILETTI, Nelson, PILETTI, Claudino e TREMONTE, Thiago. **História e vida integrada**. 4º Ed. São Paulo: Ática, 2009.

FIGUEIRA, Divalte Garcia e VARGAS, João Tristan. **Para entender a história**, 8º ano 2º Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

OLIVEIRA, Maria da Conceição Carneiro, FERRARESI, Carla Miucci e SANTOS, Andrea Paula dos. **História em projetos**. 2º Ed. São Paulo: Ática, 2009.



RODRIGUES, Joelza Ester Domingues. **História em documento: imagem e texto**, 8º ano. São Paulo: FTD, 2009.

BRAICK, Patrícia Ramos e MOTA, Myriam Becho. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. 2º Ed. São Paulo: Moderna, 2006.

VICENTINO, Cláudio. **Projeto Radix: história** 8º ano. São Paulo: Scipione, 2009.

JÚNIOR, Boulos Alfredo. **História: sociedade e cidadania**, 8º ano. São Paulo: FTD, 2009.

MOCELLIN, Renato. **Para compreender a história**. 8º série. São Paulo: Editora do Brasil, 1997.

MONTELATTO, Andrea Rodrigues Dias CABRINI, Conceição e CATELLI, Roberto. **História Temática: Terra e propriedade**, 8º série. São Paulo: Scipione, 2001.

CARDOSO, OldimarPontes. **Tudo é História**”, 7º ano, São Paulo: Editora Ática, 2010.

APOLINÁRIO, Maria Raquel. **Projeto Araribá**. 7º série, São Paulo: Editora Moderna, 2003.

Referências Bibliográficas:

LEVER, Evelyne. **Maria Antonieta- A última rainha da França**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

VICENT, Bernard. **Luís XVI**. 3º ed. Porto Alegre: L&PM, 2007.

ZWEIG, Stefan. **Maria Antonieta**. 1ºed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1933.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. 2 ed Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1992.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ºed. Campinas/ SP: Editora da Unicamp, 2007.

MORAES, Roque. **Mergulhos Discursivos; análise textual qualitativa entendida como processo integrado de aprender, comunicar e interferir em discursos**. 2ºed. Ijuí/RS: Ed.Unijuí, 2007.

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. São Paulo: Nova Fronteira, 1949.



ROUSSEAU, Jean- Jacques. **Emílio ou Da Educação**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FARGE, Arlette. **O sabor do Arquivo**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2009.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Conteúdos e métodos de ensino de História: breve abordagem histórica. In: **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4^oed. São Paulo: ed Cortez, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O saber Histórico na sala de aula**. 11^oed. São Paulo: ed Contexto, 2010.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural – Entre práticas e representações**. 2^a Ed. Rio de Janeiro: Difel, 1986

MARTINS, Estevão Rezende. História: Consciência, pensamento, cultura, ensino. In: **EDUCAR em Revista**. Curitiba, Brasil, n 42, PP 43-58, outubro- dezembro 2011, Editora da UFPR.

Recebido em Julho de 2013
Aprovado em Agosto de 2013